



**RECOMENDAÇÃO
CONTAS ANUAIS DE 2022**

De acordo com o disposto no artigo 11.º da Lei Orgânica n.º 2/2005, de 10 de janeiro (adiante designada LO 2/2005), a ECFP pode emitir recomendações genéricas nos termos aí circunscritos.

O artigo 19.º da Lei Orgânica n.º 2/2005, Lei da Organização e Funcionamento da Entidade das Contas e Financiamentos Políticos (LO 2/2005), prevê a elaboração de uma base de dados informatizada da qual constem as ações de propaganda política dos partidos e as ações de campanha eleitoral, bem como os meios nelas utilizados. Por outro lado, com a entrada em vigor da Lei Orgânica n.º 1/2018, de 19 de abril, a ECFP viu as suas competências alargadas no âmbito da fiscalização das contas anuais dos partidos políticos e das contas de campanha, adquirindo, nomeadamente, a competência para proferir decisões relativas à prestação de contas, com ou sem irregularidades e aplicar, sendo caso disso, as correspondentes sanções.

No sentido de uniformizar e tornar mais expedita a prestação e a fiscalização das contas dos partidos políticos e das campanhas eleitorais, a ECFP disponibilizou, em 2022, o PORTAL-ECFP, solução informática que agrega, numa única plataforma, a base de dados para registo e consulta de ações e meios e a prestação das contas anuais dos partidos e das campanhas eleitorais, perspetivando-se a sua extensão à gestão dos processos administrativos e de contraordenação, e à emissão de guias para o controlo e pagamento das coimas aplicadas.

A prestação de contas no PORTAL-ECFP, através do modelo ali disponibilizado, facilitada pelas instruções que do mesmo constam, proporciona a adoção de um sistema uniformizado na apresentação das contas, o que apresenta significativas vantagens não apenas para a agilização da fiscalização como sobretudo para evitar deficiências na prestação de contas que, nessa medida, corporizam irregularidades recorrentes e perfeitamente evitáveis.

Com efeito, a adoção de um mesmo formato dos documentos de organização contabilística indispensáveis à prestação de contas, num modelo concebido à luz das simplificações e adaptações dos princípios aplicáveis ao Sistema de Normalização Contabilística adequados à natureza dos partidos políticos, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 12.º da Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, ajuda a prevenir a verificação de omissões e divergências formais.



O prazo para apresentação das contas anuais de 2022 termina no dia 31 de maio de 2023 devendo os partidos políticos apresentar as respetivas contas à ECFP, em suporte escrito e informático, nos termos previstos no artigo 18.º, n.º 1 da LO 2/2005.

Nesse seguimento, foi aprovada pela ECFP a seguinte recomendação dirigida aos partidos políticos tendo em vista a prestação de contas anuais referentes ao ano de 2022:

- **Ao abrigo do disposto no artigo 11.º da LO 2/2005, a ECFP recomenda aos partidos políticos o uso do PORTAL ECFP, e concretamente do modelo aí disponibilizado para as demonstrações financeiras, como suporte informático para a apresentação das referidas contas.**

Lisboa, 29 de março de 2022

Entidade das Contas e Financiamentos Políticos

Maria de Fátima Mata-Mouros

Lígia Ferro da Costa

Pedro Roque

(Presidente)

(Vogal)

(Vogal, Revisor Oficial de Contas)